

HISTÓRICO ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE MEDIANEIRA/PR: UMA ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS CONTEXTUAIS SAEB 2019

Ana Carolina Neumann Barbiero ¹

RESUMO

Este artigo é um recorte da dissertação intitulada “Análise das condições socioeconômicas e culturais de alunos de três escolas municipais de Medianeira/PR a partir dos questionários contextuais do SAEB”, que buscou aproximar a realidade social, econômica, educacional e cultural de escolas, por meio dos questionários contextuais dos alunos respondidos juntamente com os testes de aprendizagem do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), que desempenham um papel importante na interpretação dos dados. O objetivo do artigo é descrever e interpretar os resultados acerca do início da vida escolar, índice de reprovação e evasão escolar dos estudantes do Ensino Fundamental I. Para tal, utilizou-se da metodologia descritiva e comparativa de cunho bibliográfico e documental. O estudo das informações obtidas no questionário contextual, possibilitou a compreensão dos resultados da avaliação SAEB e da vivência dos alunos. Diante da análise visualizou-se que a maioria dos alunos iniciaram o período escolar já na Educação Infantil enfatizando sua necessidade e importância, já em relação aos índices de reprovação, estes foram expressivos quando comparados aos dados à nível municipal, a evasão escolar se mostrou baixa. Constatou-se que as características individuais dos alunos podem ter relação com o rendimento escolar e necessitam serem retomadas pelos profissionais de ensino como um instrumento.

Palavras-chave: Ensino Fundamental, Histórico escolar, Educação Infantil, Reprovação, Evasão.

INTRODUÇÃO

Este estudo, parte da necessidade de compreensão do perfil cultural e social dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental das três escolas do município de Medianeira/PR com menor índice no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) ano 2019. A análise das características coletivas de cada escola permitiu a aproximação de elementos da prática socializada entre os sujeitos.

O município de Medianeira pertence a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), assim como outros 53 municípios do estado do Paraná, que atua em conjunto com as administrações públicas municipais fornecendo auxílio nas áreas técnicas para o funcionamento das atividades públicas.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteira, e Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), ana.barbiero@hotmail.com.

O currículo baseia-se na concepção crítica de educação com base materialista histórico-dialética. Sendo assim, o conhecimento científico originado nas relações do homem com a natureza e dos homens entre si, “Constitui-se na sua dimensão histórica, demarcada pelo tempo e pelas condições em que é produzido, sistematizado e socializado” (AMOP, 2020, p. 66).

Neste cenário, o saber é gerado por meio da troca de conhecimentos entre professor e aluno, sustentado em atos históricos entre as relações sociais dos indivíduos com a natureza. Todo conhecimento é resultado de um processo histórico da prática socializada entre os homens e por isso, deve-se reconhecer que a educação assim como outros segmentos da sociedade, possui uma perspectiva política.

Para tanto, é preciso compreender que a educação escolar não é um trabalho que se executa meramente no interior de uma sala de aula, de uma escola, limitando-se à relação professor-aluno. O ato pedagógico não é neutro, mas carrega implicações sociais, haja vista que está marcado pela prática de todos os envolvidos no processo educativo e é mediado por relações sócio-históricas (AMOP, 2020, p. 43).

O ensino é a atividade mediadora da prática social, logo, educação é trabalho, atividade cultural que permite o desenvolvimento do processo de humanização dos indivíduos. Portanto, a aprendizagem histórica da sociedade de forma coletiva, permite a humanização do estudante em seu carácter dialético de transformação e modificação da realidade.

O aluno é caracterizado como um ser culturalmente inserido em um espaço social conduzido por uma história. Os questionários contextuais aplicados em conjunto com o SAEB, permitem a aproximação da comunidade escolar e do público em geral, da realidade vivida por cada aluno.

Na sequência serão apresentados dados de três questões do questionário contextual dos 147 alunos participantes dos quintos anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais das três escolas municipais de Medianeira com o menor índice do IDEB no ano de 2019, com intuito de compreensão das atividades realizadas no ambiente escolar com relação ao seu histórico.

Este artigo utilizou-se de dados da pesquisa de dissertação intitulada “Análise das condições socioeconômicas e culturais de alunos de três escolas municipais de Medianeira/PR a partir dos questionários contextuais do SAEB” do Programa de Pós-

graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, produzida pela autora no ano de 2022.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada teve cunho bibliográfico e documental de caráter quali-quantitativo dos dados gerados pelos questionários contextuais do SAEB do ciclo de 2019, disponíveis no site do INEP. As tipologias descritiva e comparativa foram escolhidas com intuito de aproximar as informações das escolas pesquisadas com as características do município de Medianeira e a nível estadual e nacional.

A escolha pela tipologia descritiva foi atribuída devido ao instrumento de estudo, questionário contextual do SAEB, em razão deste abordar conceitos da realidade social, econômica, cultural e escolar dos estudantes que propiciam a interpretação de dados numéricos mais amplos visualizados nos índices de qualidade da educação, como é citado por Gil (2002):

Têm como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis [...] Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que tem por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. (GIL, 2002, p. 44).

A descrição dos dados obtidos fundamenta os resultados numéricos dos testes, proporcionando um recurso a mais para interpretação dos índices de qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista a preservação da identidade, as escolas foram nomeadas da seguinte forma: Escola Azul, Escola Vermelha e Escola Amarela. As informações enunciadas a seguir, foram consultadas no Projeto Político Pedagógico (PPP) elaborado por cada escola.

A Escola Azul é localizada em área residencial e conta com algumas pequenas mercearias, bares e igrejas, tendo em suas proximidades chácaras e áreas de produção agrícola. Dispõe de vias públicas de acesso revestidas com pedras irregulares, iluminação pública e telefone público.

O PPP revela que por mais que o número do que concluíram o Ensino Médio é grande, os que não terminaram esta etapa chega a ser maior do que o dobro. A baixa escolaridade é um empecilho no desenvolvimento dos alunos. Na prática, há algumas famílias que não conseguem ajudar seus filhos em simples tarefas de leitura e não compreendem bilhetes enviados pela escola. Desta forma muitas crianças contam apenas com a escola para alcançar o aprendizado.

A Escola Vermelha é localizada em um dos maiores bairros do município de Medianeira com mais de quatro mil habitantes. O bairro também é residencial com pequenos comércios, mercearias, panificadoras, oficinas mecânicas e bares. As famílias trabalham em indústrias e comércios do município, alguns são autônomos e outros estão desempregados.

De acordo com o PPP, houve uma procura maior de aperfeiçoamento educacional dos pais devido a cobranças de empresas locais. A escola também destaca que a baixa escolarização de alguns pais interfere negativamente na aprendizagem dos filhos devido à falta de estimulação quanto a frequência, tarefa, horário correto.

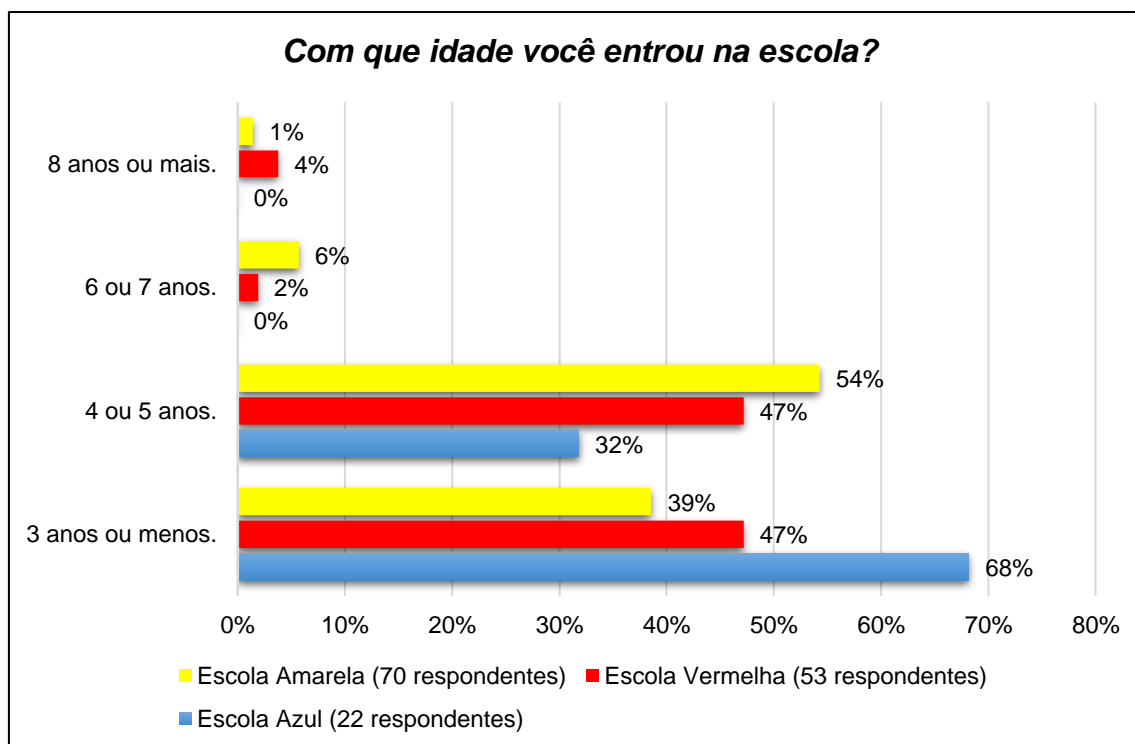
A Escola Amarela é localizada próxima a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) caracterizando-se como um bairro residencial abrangendo diversos loteamentos do município. É o segundo espaço escolar do município de Medianeira com maior número de turmas. A escola recebe anualmente diversos alunos itinerantes e devido falta de escolas do município, as salas de aula acabam excedendo o limite de alunos.

O bairro conta com alguns comércios locais e empresas de pequeno porte, sendo a maioria das famílias, trabalhadoras nas indústrias da cidade. Segundo o PPP, grande parte das famílias possuem nível de escolarização abaixo do Ensino Fundamental ou até o Ensino Médio, algumas famílias estão buscando o Ensino Superior com intuito de melhorarem sua renda. Fato que aliado a longa jornada de trabalho dos pais ou responsáveis, dificulta o auxílio nas tarefas e no acompanhamento escolar.

Contextualizados os objetos de estudo, a seguir será destacado algumas informações relevantes acerca do histórico escolar dos alunos. Em 2006 a Lei nº 11.274 estabeleceu a duração de nove anos para o Ensino Fundamental com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. Três anos depois a Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009, confirmou as definições do Conselho Nacional de Educação (CNE), determinando a obrigatoriedade de matrícula na Educação Infantil de toda criança que completar quatro anos até 31 de março do ano letivo.

A faixa etária dos alunos desta pesquisa se enquadra no corte etário determinado pela lei citada anteriormente. O Gráfico 1 demonstra por meio de porcentagens, a idade de início da vida escolar dos alunos.

Gráfico 1 - Idade do início da vida escolar dos alunos



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas do questionário contextual SAEB 2019.

De acordo com o Gráfico 1, grande parte dos alunos entraram na escola no período obrigatório, cumprindo com a lei do corte etário. Nota-se que nas Escolas Vermelha e Azul a opção 3 anos ou menos foi a mais marcada, logo a vida escolar destes alunos provavelmente teve início em algum CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) ou escola particular.

Rompendo a visão de que as creches (nomenclatura desatualizada) funcionavam como um “depósito” de crianças advindas de famílias menos favorecidas que precisavam do auxílio assistencialista durante o horário de trabalho, os CMEIs são locais destinados a desenvolver as crianças de forma integral, com uma concepção de Educação Infantil totalmente diferenciada do século passado (MARQUES; PEGORARO; DA SILVA, 2019).

Nesse contexto a corrente que embasa o currículo da AMOP, segue os pressupostos filosóficos do Materialismo Histórico-Dialético de Karl Marx e os

pressupostos psicológicos do Sociointeracionismo de Vygotsky, atualmente denominado de Psicologia Histórico Cultural. Na perspectiva psicológica é defendido que a aprendizagem está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento humano, que só é concebido por meio da interação social entre os indivíduos.

Em seus estudos Pasqualini (2006) salientou a importância da Educação Infantil e idade pré-escolar (de três a seis anos) para a iniciação dos conhecimentos que serão aprendidos no Ensino Fundamental. Nesta faixa etária a criança recebe as noções básicas de significados aperfeiçoados a cada ano escolar, por isso a necessidade de organização pedagógica a partir do ingresso obrigatório com quatro anos de idade.

Refletir sobre a faixa etária adequada, para a Aprendizagem e o Desenvolvimento Infantil, está relacionada ao trabalho realizado na Educação Infantil, identificado como “infância pré-escolar”, entre três a seis anos de idade, e educação na “idade escolar” que, conforme os estudos provindos da Psicologia Histórico- Cultural, compreende o seu início a partir dos sete anos de idade. No que concerne que ao trabalho pré-escolar desenvolvido na Educação Infantil é reconhecido como importantíssimo para o posterior trabalho que será desenvolvido na escola (SILVA, 2021, p. 85-86).

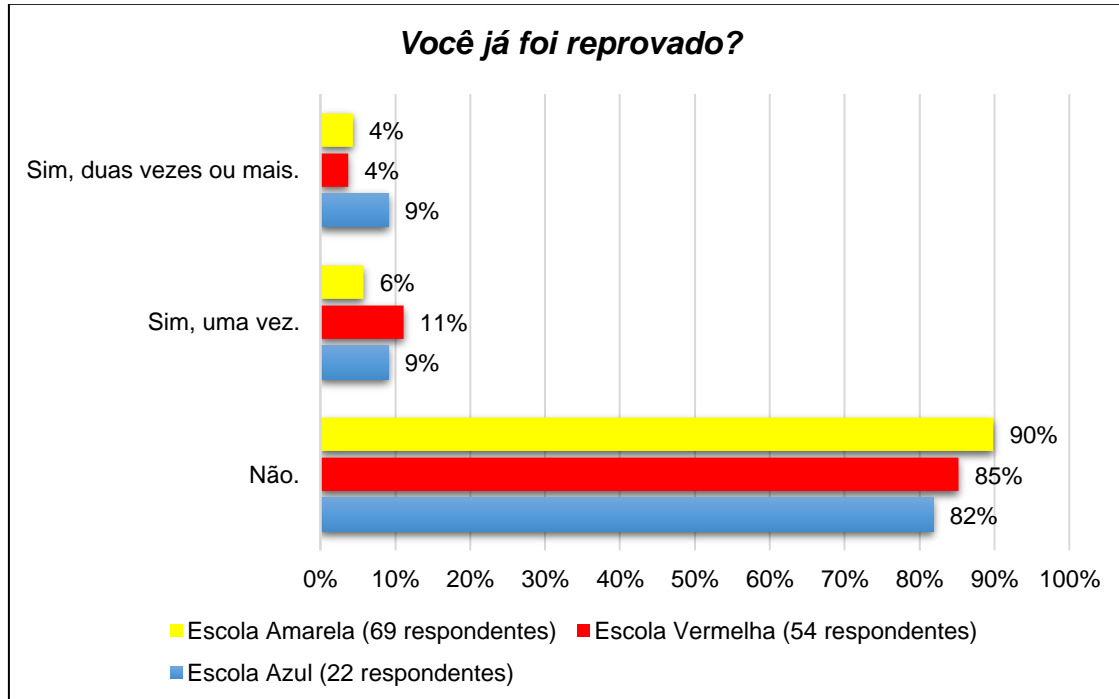
A Educação Infantil prepara o aluno para o Ensino Fundamental proporcionando a introdução dos conhecimentos por meio da ludicidade e da brincadeira. A interação social entre as crianças oportuniza momentos de aprendizagem significativa, repercutindo na construção gradativa dos conteúdos curriculares e no controle das emoções (a confiança, a alegria, a tristeza, o medo, a raiva, a surpresa, a aversão e a antecipação).

Além desses alunos que entraram dentro da faixa etária obrigatória ou antes, também pode ser visualizado a ocorrência nas Escolas Amarela e Vermelha, de alunos que iniciaram a vida escolar com 6 ou 7 anos (não frequentando a Educação Infantil) e com 8 anos ou mais. Estes últimos nos provocam algumas indagações: Será que estes alunos realmente compreenderam a pergunta do questionário, ou sequer lembram de quando iniciaram? A localização do município, próximo a tríplice fronteira Argentina e Paraguai, interfere no recebimento de alunos estrangeiros que, por suposição, iniciam os estudos de forma mais tardia ou compreenderam que era para marcar a opção de quando iniciaram os estudos no Brasil?

A maneira como o questionário está organizado em questões objetivas, deixa em aberto tais questionamentos que só poderiam ser respondidos com um estudo de caso nestas escolas pesquisadas. Entretanto, vale salientar que são porcentagens baixíssimas, e visualizadas somente em duas escolas, que em comparação à nível municipal estão

dentro da média de 4%. Outra questão importante em relação ao histórico escolar dos estudantes é a taxa de reprovação que se encontra logo no Gráfico 2

Gráfico 2 - Quantidade de reprovações durante o processo de escolarização do aluno



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas do questionário contextual SAEB 2019.

O termo reprovação foi constituído gradativamente a partir do século XX, antes disso a ação já ocorria sem esta nomenclatura. O sentido que as palavras reprovação, retenção e repetência recebem são específicos de cada expressão, mas complementares como um todo.

A reprovação corresponde, no período examinado, ao resultado nos exames ou nas avaliações finais que indica que o aluno não teve o desempenho mínimo estabelecido como desejável. A *retenção* é decorrência dessa reprovação, visto que determina, assumindo o modelo de ensino seriado, a impossibilidade de o aluno seguir o fluxo normal de uma série à outra. Já a *repetência* aponta para o fenômeno da permanência na escola dos alunos retidos em determinada série, que vão se submeter a cursá-la novamente (GIL, 2018, p. 6, grifos do autor).

Basicamente, os termos aprovação, reprovação e abandono estão presentes no ano letivo, e a promoção, repetência e evasão estão presentes na troca do ano letivo. Dessa forma, o Gráfico 2 apresenta o índice de reprovação dos alunos pesquisados que não se apropriaram dos objetivos propostos nos anos letivos. Visualizasse o alto número de alunos que nunca reprovaram em contramão daqueles que reprovaram uma vez ou mais,

mas que preocupam pois, somados, contabilizam mais de 10% dos respondentes de cada escola.

Em âmbito municipal, a porcentagem de alunos que já reprovou pelo menos uma vez é de 9%, número abaixo do que as escolas pesquisadas, induzindo a forte presença das Escolas Amarela, Azul e Vermelha nas porcentagens gerais de reprovação.

A reprovação, por vezes, é associada as características físicas, sociais e econômicas das famílias. As variáveis do contexto socioeconômico dos alunos aliadas ao ambiente em que a escola está inserida foram elencadas como os fatores preponderantes ao fracasso escolar, por alguns pesquisadores (ALVES; ORTIGÃO; FRANCO, 2007; LOUZANO, 2013).

Dentro dos itens observados pelos pesquisadores destaca-se a cor dos alunos (negra ou parda), sexo (grande parte do sexo masculino), classe social (baixa) e grau de escolarização dos familiares. Este último fator pode ser relacionado com o índice de reprovação dos alunos desta pesquisa sendo que a porcentagem de familiares com baixa escolaridade se mostrou representativa. Entretanto, este fato não justifica os índices de reprovação, é apenas uma hipótese levantada em comparação a outra pesquisa já realizada.

As escolas de Ensino Fundamental no Brasil possuem autonomia para decidirem suas políticas de aprovação e reprovação, de acordo com as políticas de avaliação inseridas no currículo. No município de Medianeira, a reprovação (escolas públicas de Ensino Fundamental I) ocorre devido a não assimilação do conteúdo e consequente falta de nota nos métodos avaliativos, ou pelo não cumprimento da quantidade mínima de presença no ano letivo. Em alguns casos, a reprovação é um caminho utilizado pela escola, para que o aluno “amadureça” e consiga atingir a aprendizagem esperada para aquela série.

O ato da reprovação nem sempre é aceito pelas famílias e as consequências só serão medidas com o tempo por meio do desenvolvimento gradativo das crianças. Ortigão e Aguiar (2013) salientam que os deveres de casa feitos diariamente e a motivação da família, auxiliam na aprendizagem das crianças e incidem na diminuição dos riscos de reprovação.

Em certos casos, a reprovação é vista erroneamente como um fracasso do aluno, que pela ausência destas condições não teve as mesmas oportunidades que os demais.

Quando a escola só consegue ensinar uma parte de seus alunos, abandonando à própria sorte os demais, ela continua operando no paradigma da educação como privilégio. A educação só se concretiza como direito numa escola em que todos possam aprender e formar-se como cidadãos (JACOMINI, 2009, p. 561).

Por essa razão, a decisão deve ser refletida entre professores, coordenadores e direção pedagógica para não influenciar negativamente o desempenho escolar do aluno no ano seguinte. A Jacomini (2009) ainda comenta que há uma tendência à reprovação no sistema educacional brasileiro, levando os alunos a crerem na sua incapacidade de compreensão dos conteúdos.

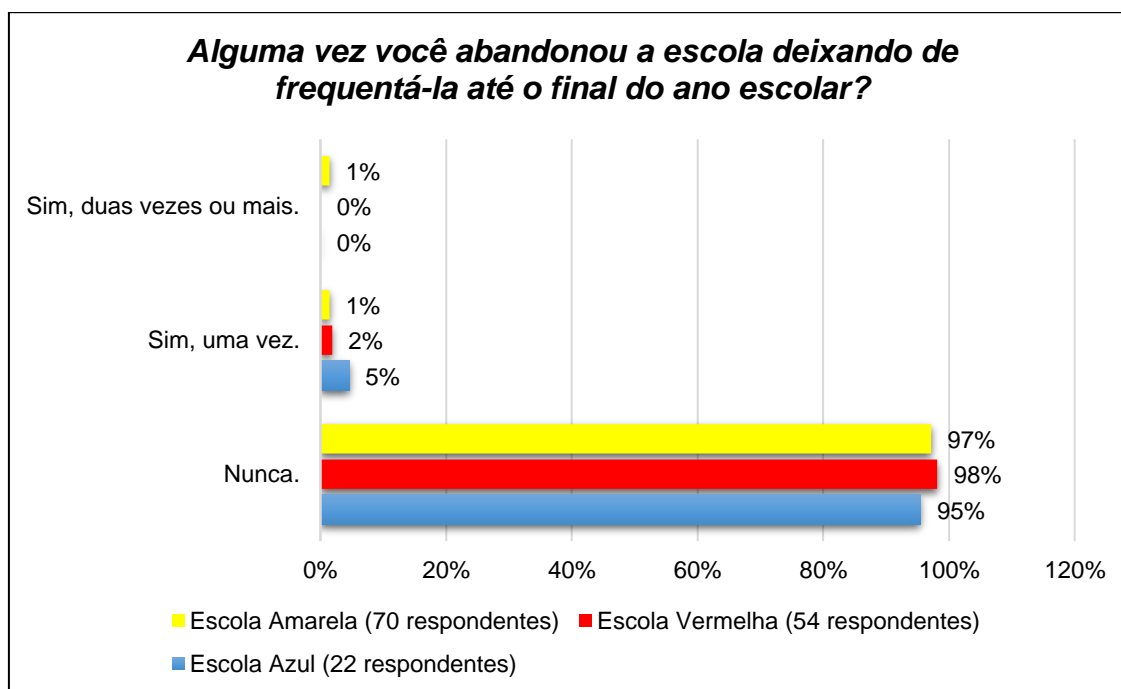
Após a reprovação os efeitos repercutem no psicológico dos alunos, causando a desmotivação e insatisfação, que se demonstram mais preocupantes em alunos de periferia, devido a necessidade de garantir a escolarização dentro da faixa etária adequada, para futuramente possibilitar a entrada no mercado de trabalho.

Ribeiro *et al.* (2018) realizaram uma pesquisa com os docentes de diferentes modalidades de ensino com o propósito de investigar as crenças sobre reprovação, avaliação e justiça. Os autores apontaram o IDEB como elemento provocativo às políticas de não reprovação (ou progressão continuada), observaram também que os professores do Ensino Fundamental I, aderem mais facilmente à reprovação. A hipótese levantada, é em relação ao trabalho pedagógico com os conhecimentos mais concretos (nesta idade) e cobrados pela sociedade letrada, como a leitura e a escrita.

Nos anos iniciais o trabalho pedagógico é diariamente retomado, é a faixa etária onde os conhecimentos básicos estão sendo construídos e onde ocorre o encantamento dos alunos pelos estudos. As práticas são lúdicas e estimulantes, garantindo a aprendizagem dos alunos de diferentes formas em diferentes momentos. É importante que a reprovação no Ensino Fundamental seja ponderada entre os conhecimentos assimilados e o contexto familiar dos alunos, para que não se desperdice esta fase da vida onde a aprendizagem se manifesta nos pequenos avanços.

Além da reprovação, outro fator marcante ainda na educação é a evasão escolar, no Gráfico 3 é possível visualizar os índices de evasão das escolas pesquisadas.

Gráfico 3 - Quantidade de vezes que o aluno abandonou a escola



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas do questionário contextual SAEB 2019.

Apesar da quantidade do índice de reprovação ter se mostrado relativamente alto, como apresentado anteriormente no Gráfico 2, a quantidade de alunos que abandonaram ou deixaram de frequentar a escola se mostrou baixa, visto os dados do Gráfico 3.

Fatores internos e externos, como drogas, tempo na escola, sucessivas reprovações, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, alcoolismo, localização da escola, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho, podem ser considerados decisivos no momento de ficar ou sair da escola, engrossando a fila do desemprego (FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 36).

Entre os fatores elencados pelos autores, o que pode ser relacionado com os dados da pesquisa é o fato de alguns alunos terem desempenho inadequado implicando na reprovação. Vale a pena salientar que os resultados são semelhantes ao nível municipal. Já a nível nacional, a porcentagem sobe para 8% do total de alunos que alguma vez já deixou de frequentar. O IDEB determina o abandono como o desligamento do aluno da escola, consequência da desistência das atividades escolares sem a solicitação de transferência.

Os dados desta pesquisa são referentes ao ano de 2019, frisando que em 2020 ocorreu a pandemia da COVID-19, sendo assim, houve um crescimento de 171,1% de alunos fora da escola no Brasil, como aponta os dados da Pesquisa Nacional por Amostra

de Domicílios (PNAD) realizada em 2021 (IBGE, 2021). Certamente o IDEB do próximo biênio irá demonstrar os efeitos gerados por estes abandonos e pelos índices de reprovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da categoria contexto escolar possibilitou a constituição histórica dos alunos pesquisados além da observação das ações realizadas diariamente por eles. Visualizou-se que a maioria dos alunos entraram na escola com três a cinco anos de idade, mesmo antes de ser obrigatório a matrícula na Educação Infantil promulgada na Emenda Constitucional nº 59/2009, que determinou a matrícula de toda criança que completar quatro anos até 31 de março do ano letivo. Constatando que os alunos receberam a base educacional lúdica oportunizada pela Educação Infantil.

Apesar do ensino escolar ter iniciado cedo para a grande parte dos alunos, o índice de reprovação ficou na média dos 10% em cada escola, sendo que alguns chegaram a reprovar mais de uma vez. Esse dado é significativo na análise psicológica e motivacional do aluno, mas que não foi muito abalada diante dos índices de abandono ou evasão escolar que foram baixos.

Ressalta-se que ao considerar o IDEB é imprescindível analisar as condições socioeconômicas e culturais as quais são submetidos os alunos, aspectos estes fornecidos pelo questionário contextual do SAEB. Fez-se necessário comparar os dados das escolas com o nível municipal a fim de se ter um conhecimento regional para a análise.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima; ORTIGÃO, Isabel; FRANCO, Creso. Origem social e risco de repetência: interação raça- capital econômico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.130, jan./abr. 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. – AMOP. **Proposta pedagógica curricular: ensino fundamental (anos iniciais) rede pública municipal**. AMOP, Cascavel, 2020.

FILHO, Raimundo Barbosa Silva; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Natália de Lacerda. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Taxas de atendimento escolar da população de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos**. Nota técnica, PNAD contínua, 2021. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>. Acesso em: 19 de fev. 2022.

JACOMINI, Márcia Aparecida. Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 557-572, 2009.

LOUZANO, Paula. **Fracasso** escolar: evolução das oportunidades educacionais de estudantes de diferentes grupos raciais. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v.3, n.1, p.111-133, jun. 2013.

MARQUES, Circe Mara; PEGORARO, Ludimar; DA SILVA, Ezequiel Theodoro. Do assistencialismo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC): movimentos legais e políticos na Educação Infantil. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 255-280, 2019.

ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho; AGUIAR, Glauco Silva. Repetência escolar nos anos iniciais do ensino fundamental: evidências a partir dos dados da Prova Brasil 2009. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 94, p. 364-389, 2013.

PASQUALINI, Juliana Campregher. **Contribuições da Psicologia Histórico- Cultural para a educação escolar de crianças de 0 a 6 anos**: desenvolvimento infantil e ensino em Vigotski, Leontiev e Elkonin. Dissertação do Programa de Pós- graduação em Educação Escolar. Universidade Estadual Paulista ‘Julio de Mesquita Filho’, campus Araraquara. Orientador Professor Doutor Newton Duarte. Araraquara- SP. 2006.

RIBEIRO, Vanda Mendes et al. Crenças de professores sobre reprovação escolar. **Educação em Revista**, Santa Maria, v. 34, 2018.

SILVA, Patricia do Nascimento da. **O corte etário para a etapa obrigatória da Educação Infantil**: análise a partir da Psicologia Histórico-Cultural. 2021.101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel – PR.